

## **PARECER Nº , DE 2006**

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, sobre o Aviso nº 2.200-SGS-TCU-Plenário, de 23.11.2005, do Tribunal de Contas da União, que dá notícia do Acórdão proferido nos autos do processo TC 011.320/2003, referente à auditoria realizada na empresa Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS), em atenção ao Requerimento nº 616, de 2001, aprovado pelo Plenário do Senado Federal em 25.10.2001, de autoria do Senador Geraldo Cândido.

RELATOR “AD HOC”: Senador **VALDIR RAUPP**

### **I – RELATÓRIO**

Examina-se, nesta oportunidade, o Aviso nº 2.200-SGS-TCU-Plenário, de 23.11.2005, do Tribunal de Contas da União, que dá notícia do Acórdão proferido nos autos do processo TC 011.320/2003, referente à auditoria realizada na empresa Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS), em atenção ao Requerimento nº 616, de 2001, aprovado pelo Plenário do Senado Federal.

### **II – ANÁLISE**

Em 25.10.2001, o Plenário do Senado aprovou o Requerimento nº 616, de 2001, de autoria do Senador Geraldo Cândido, solicitando ao Presidente do Tribunal de Contas da União a realização de auditoria de natureza contábil em contrato realizado entre a Petrobras S. A. e a Companhia Marítima; na atuação da *Brasoil* como intermediadora entre a Petrobras e a Marítima; e qual a função da *The Law Debenture Trust Corporation (Cayman) Limited* no referido contrato.

Pelo Aviso nº 1.473, de 09.11.2001, a Corte de Contas acusa o recebimento do expediente de encaminhamento do Requerimento nº 616, de 2001, e, pelo Aviso nº 6.573-SGS-TCU, de 11.12.01, o Presidente do Tribunal científica o Senado de que foi determinada a inclusão, no Plano de Auditorias para o 1º semestre de 2002, de auditoria a ser realizada com o objetivo de atender à solicitação do Senado.

Em 20.08.2003, mediante o Aviso nº 2.067, o TCU deu ciência a esta Casa sobre os trabalhos de auditoria realizados, cujos resultados ainda dependiam de apreciação do Plenário do Tribunal.

Finalmente, conforme Aviso nº 2.200, de 23.11.2005, o Tribunal de Contas aprovou Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 011.320/2003, que tem o seguinte teor:

“O Tribunal Pleno, conforme Acórdão nº 2006/2005, Ata nº 46/2005, DOU de 1/12/2005, decidiu o seguinte:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Auditoria realizada na Petróleo Brasileiro S/A., por força da Decisão nº 1.050/2001 - Plenário, em atendimento a requerimento do Senado Federal.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

1. acolher as razões de justificativa apresentadas pelos membros da Diretoria Executiva da Petrobras, Srs. Joel Mendes Rennó, Presidente, e Arnaldo Leite Pereira, Percy Louzada de Abreu, Sebastião Henriques Vilarinho, Aurílio Fernandes Lima, Orlando Galvão Filho e Antônio Carlos Sobreira de Agostini, Diretores;

2. determinar à Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras que:

2.1. somente adote contratação direta, por meio de inexigibilidade de licitação, quando restar demonstrada a inviabilidade de competição, conforme dispõe o art. 25, caput, da Lei nº 8.666/1993;

2.2. abstenha-se de utilizar o instituto da intermediação nos casos em que não ficar demonstrada claramente a necessidade desse procedimento;

2.3. deixe evidenciado em sua contabilidade, de forma destacada, todo e qualquer valor pago a título de intermediação na aquisição de bens e serviços, nos casos em que ficar comprovada a necessidade dessa intermediação, nos termos deste Acórdão, disponibilizando essa informação aos órgãos de controle;

2.4. abstenha-se de adquirir indiretamente, por meio de suas coligadas e controladas, sem licitação, bens que se destinam ao seu próprio gozo e uso, porquanto esse procedimento, conforme demonstrado neste processo, fere os princípios da prevalência do interesse público, da licitação, da isonomia e da moralidade;

3. apensar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao TC nº 011.634/2003-4, em tramitação nesta Corte, por tratar-se de processo conexo;

4. encaminhar cópia desta Deliberação, bem como do Relatório e Voto que a fundamentam, à Presidência do Senado Federal e à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro;

5. apensar os presentes autos às contas da Petrobras referentes ao exercício de 1996 (TC nº 007.574/1997-5), conforme disposto no art. 250, § 2º, do Regimento Interno do TCU.”

### **III – VOTO**

Em face do acima exposto, opino que esta Comissão tome conhecimento da matéria e delibere pelo encaminhamento do processado ao arquivo.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator